



ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: UM OLHAR SOBRE ESTUDOS ACADÊMICOS



Carmen Pretto¹

Karla Saraiva²

INTRODUÇÃO

O tempo que as crianças devem passar na escola tem sido alvo de discussões em âmbito mundial. Apesar de alguns dados atuais sinalizarem que uma maior permanência diária nestas instituições não garante uma melhor formação, muitos países têm jornadas escolares de sete ou mais horas diárias. No Brasil, em 2007, foi criado o Programa Mais Educação, que tem por objetivo implantar o chamado turno integral em escolas cujos alunos estão em situação de vulnerabilidade. Em 2008, foram atendidas 1.380 escolas e 386 mil alunos. Gradativamente, o programa foi expandido, até atingir 51.440 escolas no ano de 2015.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é analisar artigos científicos que problematizem e analisem as políticas públicas de Escola em tempo Integral. A pesquisa visa constituir um panorama do trabalho acadêmico sobre o tema, permitindo uma visão ampliada do modo como vêm sendo significadas as práticas da educação em tempo integral no Brasil.

METODOLOGIA

Foram realizadas buscas no Scielo tomando-se como foco artigos que tenham sido desenvolvidos a partir de pesquisas em periódicos nacionais publicados nos últimos cinco anos (2012 a 2016). Localizamos oito artigos que atendem esses critérios, os quais apresentam uma multiplicidade de problematizações, com diferentes abordagens e perspectivas teóricas. Após o levantamento bibliográfico dos trabalhos relacionados com a temática Escola em Tempo Integral, foram realizadas leituras de documentos e artigos relacionados a políticas públicas no Brasil. A partir destas leituras, foram realizadas análises descritivas.

BIBLIOGRAFIA

- CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Mais Educação**. Disponível em: <<http://www.educacaointegral.org.br/glossario/mais-educacao/>>. Acesso em 26 mai.2016.
- CAVALIERE, A. M. Escola Pública de Tempo Integral no Brasil: filantropia ou política de estado? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1205-1222, dez. 2014.
- CORÁ É. J. ; TRINDADE, L. de L. Intersetorialidade e Vulnerabilidade no Contexto da Educação Integral. *Educação e Revista*. Belo Horizonte, v. 31, n.4, p.81-94, dez 2015.
- MENEZES, J. S. S. Educação em Tempo Integral: Direito e Financiamento. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 137-152, set. 2012.
- PENTEADO, A. Programa Mais Educação como Política de Educação Integral para a Qualidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 463-486, jun. 2014.
- SILVA, J.A de A.da. ; SILVA, K. N. P. A Hegemonia às Aversas no Programa Mais Educação. *Revista Brasileira Estudo Pedagogia (online)*, Brasília, v. 94, n.238, p. 701-720, dez.2013.
- SILVA, J. A de A. da.; SILVA, K. M. P. Analisando a concepção de educação integral do governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 95-126, mar. 2014.
- SILVA, L. L. G. Reflexões sobre Corporeidade no Contexto da Educação Integral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 185-209, mar. 2016.
- SILVA, R. M. D. da. ; BUSNELLO, C. P.; PEZENETTO, F. Políticas Educativas e a Gestão dos Modos de Viver nas Cidades. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.38, n.3, p.953-975, set. 2013.

RESULTADOS

- O Programa Mais Educação se destaca como uma estratégia de ação como uma construção contemporânea de educação integral, mas não revela o projeto ético-político ao qual o programa está articulado.
- O tempo integral justificado na equação proteger e educar, como referido, está diretamente relacionado à ideia de educação compensatória.
- Há um enfraquecimento da consciência e da noção de vulnerabilidade, bem como da intersectorialidade para assegurar a educação integral.
- Não há estudo sobre o corpo e a corporeidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade social para se trabalhar na perspectiva da educação integral.

CONCLUSÃO

Os estudos apontam pouca probabilidade da permanência do Programa Mais Educação, pois não identificam nesta política pública, a partir de suas pesquisas, melhoras na qualidade pedagógica escolar em sua aplicação. Também, para garantir a qualidade na educação se fazem necessárias políticas públicas acima de qualquer interesse partidário e momentâneo. Porém, questiono a noção de qualidade na educação assumida pelos governos, por ser uma construção cultural, histórica e social, e não fixa ou única. A proteção oferecida pelo Programa Mais Educação como educação compensatória, conforme os estudos, é para o sujeito em situação de risco. Questiono então se não se pretende proteger a sociedade de sujeitos que representam um risco com essas políticas, entendendo que mantê-los na escola por mais tempo significa apenas passar o tempo. Concordo com os estudos quando apontam que o fortalecimento da intersectorialidade pode ocorrer através do diálogo e de ações conjuntas entre diversos agentes, buscando ampliar a consciência da vulnerabilidade em que se encontram os sujeitos atendidos. Assim, se potencializaria o processo de formação cultural nas relações intersectoriais, valorizando as identidades escolares. E também que o estudo do corpo e da corporeidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por parte dos monitores, auxiliaria na compreensão do ser humano como corpo que vive experiências cotidianas na escola, e que é cultural e socialmente construído.



¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Dança / ULBRA e bolsista de iniciação científica FAPERGS no PPGEDU. Contato: carmenpretto9@gmail.com.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU pela Universidade Luterana do Brasil. Contato: karlasaraiva@via-rs.net.